EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2026

Pregão Eletrônico nº 72/2026	**Data de Abertura da Sessão: 09/12/2026** **Horário: 09h00** **Plataforma:** http://www.bnc.org.br
Objeto:	
Constitui objeto do presente processo a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, com 04 (quatro) portas e capacidade para, no mínimo, 05 (cinco) ocupantes, incluindo equipamentos, acessórios e plotagem institucional conforme padrão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/ProVigiA-PR, destinado ao atendimento das atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR.	
Valor Total Estimado:	
R$ 159.100,60 (cento e cinquenta e nove mil, cem reais e sessenta centavos).	

Registro de Preços	**Vistoria**	**Modo de Disputa**	**Instrumento**	**Forma de Adjudicação**
NÃO	NÃO	ABERTO	CONTRATO	POR ITEM

Licitação Exclusiva para ME/EPP	**Licitação Exclusiva para Âmbito Local**	**Licitação Exclusiva para Âmbito Regional**	**Reserva de Cotas para ME/EPP**	**Exige Amostra/ Demonstração**
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO
Prazo para envio da proposta:				
Em até 2 (duas) horas, após a convocação realizada pela(o) Agente de Contratação.				

O **MUNICÍPIO DE CORBÉLIA, CNPJ: 76.208.826/0001-02**, torna público, para conhecimento dos interessados, que por meio do Departamento de Licitações e Contratos, na Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, sediada na Rua Amor Perfeito, nº 1622, Centro, Corbélia, Paraná, CEP 85420-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, dos regulamentos municipais que seguem na tabela abaixo, da Lei Complementar n° 12 de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014, e subsidiariamente das Instruções Normativas SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, nº 73, de 30 de setembro de 2022, nº 81, de 25 de novembro de 2022 aplicando-se, e as exigências estabelecidas neste Edital:

REGULAMENTOS MUNICIPAIS APLICÁVEIS	
Dispõe sobre o regime de transição para a integral e exclusiva aplicabilidade da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu novo regime de licitações e contratos e da outras providências.	Decreto Municipal nº 807, de 15 de março de 2023. Alterado pelos Decretos nº 819, de 29 de março de 2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

	e Decreto nº 825, de 10 de abril de 2023
Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços, para o planejamento da aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, do Município de Corbélia.	Decreto Municipal nº 815, de 20 de março de 2023.
Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Administração Pública de Corbélia-PR,	Decreto Municipal nº 817, de 23 de março de 2023.
Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas os órgãos e departamentos da administração pública municipal de Corbélia nas categorias de qualidade de comum e de luxo.	Decreto Municipal nº 829, de 26 de abril de 2023.
Dispõe sobre a retenção do Imposto de Renda (IR) no pagamento a fornecedores por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo do Município de Corbélia/PR	Decreto Municipal nº 879 de 28 de agosto de 2023.
Regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, no âmbito da administração pública municipal.	Decreto Municipal nº 897, de 02 de outubro de 2023.
Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços, e realização de obras, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo de Corbélia/PR.	Decreto Municipal nº 938 de 15 de janeiro de 2024.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

SILVANA DALPRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 23564-01

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

CASSIA DE SOUZA, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Licitações e Contratos, matrícula nº 23365-3.
DYENIFER LARDINI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 22355-2.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 7 – SECRETARIA MUN. DE SAÚDE – SESAU		
Unidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ação: 2520 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Funcional: 0010.0304.0360		
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**
506	34490520000000000 – Equipamentos e material permanente	21518
Ação: 2521 – PROVIGIA Custeio/Capital		
Funcional: 0010.0304.0360		
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**
509	34490520000000000 – Equipamentos e material permanente	21518

JUSTIFICATIVA DE NÃO EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP: A licitação será realizada com ampla participação, considerando que o valor estimado do item único supera R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), limite estabelecido no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Poderão participar empresas de quaisquer portes que atendam às condições do Edital, permanecendo assegurados às ME e EPP os demais benefícios legalmente aplicáveis, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e à preferência de contratação em situações de empate.

JUSTIFICATIVA DE NÃO RESERVA DE COTAS PARA ME E EPP: Não será estabelecida cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois o objeto compreende a aquisição de apenas 01 (um) veículo tipo pick-up, cabine dupla, incluindo equipamentos, acessórios e plotagem institucional, constituindo unidade indivisível. A reserva de cota prevista no artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 aplica-se à aquisição de bens de natureza divisível, sendo inviável sua aplicação ao presente objeto, uma vez que não é possível fracionar quantitativamente uma única unidade de veículo sem comprometer sua integridade, funcionalidade e finalidade.

1. OBJETO E CONDIÇÕES

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

Constitui objeto do presente processo a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, com 04 (quatro) portas e capacidade para, no mínimo, 05 (cinco) ocupantes, incluindo equipamentos, acessórios e plotagem institucional conforme padrão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/ProVigiA-PR, destinado ao atendimento das atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR.

1.1 **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

1.1.1 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 07h59 do dia 09/12/2026.**

1.1.2 **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 às 08h59 do dia 09/12/2026.**

1.1.3 **INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00 do dia 09/12/2026.**

1.1.4 **REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília/DF.**

1.1.5 **LOCAL: Bolsa Nacional de Compras – BNC, http://www.bnc.org.br, "acesso identificado".**

1.2 O pregão, na forma eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio de INTERNET, mediante as condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, através do sistema eletrônico de processo licitatório, Bolsa Nacional de Compras – BNC.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE CORBÉLIA, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras (http://www.bnc.org.br).

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.2 Para fins desta licitação, **entende-se por veículo zero quilômetros** os automóveis antes de seu registro e licenciamento (Deliberação CONTRAN nº 064/2008).

2.3 A proponente fica obrigada a garantir a prestação de Assistência Técnica durante o prazo de garantia, sendo que o(s) veículo(s) deverá possuir Assistência no Estado do Paraná. Se a Assistência Técnica for realizada por terceiros, a proponentes deverá apresentar, juntamente com a documentação técnica, termo de compromisso assinado pelo fabricante do equipamento, indicando quem fará a Assistência Técnica.

2.4 Em obediência aos princípios constitucionais da legalidade e moralidade expressamente acolhidos pela Lei nº 14.133/2021 que por sua vez é aplicada aos processos licitatórios, **não serão aceitos veículos seminovos ou de segundo dono, apenas veículos que terão seu primeiro emplacamento em nome do Município de Corbélia/PR**, podendo participar desta licitação apenas as empresas que possuam condições de cumprir com este requisito, conforme a Lei nº 6.729/79, que

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

2.5 Não poderão participar do presente certame a empresa:

2.5.1 Empresas declaradas suspensas do direito de licitar e impedida de contratar com a Administração Pública do Município de Corbélia/PR, pelo período da sanção aplicada.

2.5.2 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida de sua reabilitação.

2.5.3 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público em razão do disposto no art. 72, §8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98.

2.5.4 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público em razão do disposto no art. 12 da Lei 8.429/92.

2.5.5 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21.

2.5.6 Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 14 da Lei n.º 14.133/21, a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.5.7 Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou dissolução ou em liquidação;

2.5.8 Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

2.5.9 Empresas em consórcio por se tratar de contratação de bens e serviços comuns, cuja execução não demanda a união de empresas. A formação de consórcios contraria a lógica da simplicidade, celeridade e economicidade que orienta a modalidade, além de aumentar a complexidade da habilitação e da gestão contratual. Assim, a vedação busca garantir a eficiência e a isonomia do certame, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021;

2.6 Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o cadastro poderá ser realizado em (http://www.bnc.org.br).

2.7 A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3. DISPONIBILIDADE DO EDITAL

3.1 O presente edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico do Município de Corbélia/PR, www.corbelia.atende.net, na aba "Licitações", ou em www.bnc.org.br.

3.2 Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estará disponível nos sites supracitados, cabendo aos interessados inteira responsabilidade em acompanhar as informações prestadas pelo Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

e pela BNC, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecimento sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

4. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO DE LICITAÇÕES

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BNC – Bolsa Nacional de Compras, (42) 3026-4550, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **Bolsa Nacional de Compras – BNC** ou pela Prefeitura do Município de CORBÉLIA, devidamente justificada.

4.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

4.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTÂME

5.1 O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, que terá, em especial, as seguintes atribuições

a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
c) Abrir as propostas de preços;
d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
h) Declarar o vencedor;
i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
j) Elaborar a ata da sessão;
k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A Licitante deverá **cadastrar em campo próprio da plataforma BNC**, sua proposta devidamente preenchida, marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão (Decreto 10.024/19, art. 30, parágrafo 5º), sob pena de desclassificação. Os valores

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

registrados na plataforma da BNC deverão considerar o **MENOR PREÇO DO ITEM**, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.

6.2 A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca/modelo (quando houver) do equipamento neste campo implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.**

6.3 **Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BNC, a licitante deverá informar a MARCA/MODELO DO PRODUTO COTADO (quando houver). O item que for da marca do licitante deverá preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação conforme informado no item 6.1 deste edital.**

6.4 **A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, sob pena de desclassificação, Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Conforme modelo Anexo**.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes ao produto até sua entrega no local fixado pela Secretaria solicitante, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

6.8 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

6.9 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

Edital ou da legislação em vigor.

6.12 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.13 O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 (apenas pelo licitante vencedor), os quais deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital.

7.1.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.1.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.1.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (art. 12, IV da Lei 14.133/21).

7.1.4 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade (art. 12, V da Lei 14.133/21).

7.1.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.1.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.1.7 A habilitação será verificada, onde somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.8 A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.9 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta, respeitando o prazo para recebimento das propostas.

7.1.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da lei.

7.1.11 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

7.1.12 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.1.13 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.1.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.1.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.1.16 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.1.17 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.1.18 **Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.**

7.1.19 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.1.20 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.1.21 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.1.22 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.1.23 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.1.24 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.1.25 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.1.26 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de contratação poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.1.27 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.1.28 Nos itens/grupos não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo- se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.1.29 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

7.2 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.2.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.2.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.2.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.2.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3 **REGULARIDADE FISCAL**

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.3.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

7.3.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade;

7.4.2 Demonstrações financeiras **dos dois últimos exercícios sociais** (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.4.2.1 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 Apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou executa satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação.

7.5.1.1 O licitante deverá disponibilizar as informações necessárias à comprovação da legitimidade e veracidade do atestado apresentado, podendo a Administração, mediante diligência, solicitar documentos complementares aptos à sua comprovação, tais como cópia do instrumento contratual correspondente, notas fiscais, dados de contato e endereço atualizado da pessoa jurídica emitente, bem como informações relativas ao local de execução dos serviços.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

7.5.1.2 Serão admitidos atestados e demais documentos assinados eletronicamente, desde que seja possível verificar sua autenticidade. Nos documentos apresentados em meio físico, o reconhecimento de firma somente poderá ser exigido quando houver dúvida quanto à autenticidade da assinatura, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.6 **OUTRAS COMPROVAÇÕES**

7.6.1 Declaração Unificada, conforme modelo (ANEXO IV);

7.6.2 Alvará de funcionamento atualizado e válido, emitido pelo órgão fiscalizador do Município em que a empresa é sediada;

7.6.3 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo III, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BNC. (PROCURAÇÃO) Acompanhado da carteira de identidade e CPF ou CNH (carteira nacional de habilitação) ou documento equivalente com foto.

7.6.4 **Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar:**

7.6.4.1 Declaração firmada, conforme Anexo VI;

7.6.4.2 Certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão;

7.6.4.3 Balanço Patrimonial Anual do último exercício social acompanhado da DRE – Demonstração do Resultado do Exercício devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa.

7.6.4.4 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

7.6.5 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o Agente de contratação poderá solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BNC, quanto as declarações contidas no referido termo. O prazo para a manifestação será informado pelo Agente de contratação na Plataforma. Manifestações ocorridas fora do prazo estipulado serão desconsideradas. Não se aplica este subitem para licitantes que não anexaram o documento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

7.6.6 Quando o prazo de validade não estiver expresso na certidão, o mesmo será considerado validado até o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8. CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

8.1 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o respectivo endereço;

8.1.1 Sendo a licitante **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome;

8.1.2 Sendo a licitante **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.1.3 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz,** como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

8.2 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura de Contrato, ou revogar a licitação.

8.3.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.3.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENVIO DE LANCES

9.1 Após o prazo previsto para acolhimento, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

9.2 A partir do horário e do dia previstos no Sistema “BNC”, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Agente de contratação a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

9.3 O Agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário,levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

9.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.7 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

9.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.11 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de 00,01 (um centavo).

9.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.17 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.18 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.24 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.25 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.29 O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.30 Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.31 Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

9.32 Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Agente de contratação.

9.33 Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9.34 (**Se estabelecido no início do edital**), aplica-se a este Pregão o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº. 147/2014, que estabelece a **prioridade de contratação** para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas LOCAL ou REGIONALMENTE, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, **nos itens exclusivos e com cota reservada para ME/EPP**. Este benefício não impede a participação de empresas de outras localidades.

9.34.1 (**Se estabelecido no início do edital**) para fins de aplicação do dispositivo referido no item 10.34, considera-se:

9.34.2 **LOCAL:** Município de Corbélia/PR.

9.34.3 **REGIONALMENTE:** Municípios do Oeste do Paraná, conforme definido pela Associação de Municípios do Oeste do Paraná – AMOP: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Cantagalo, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Francisco Alves, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaira, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Candido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lucia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São Jose das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupassi, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste.

10. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

10.1 A Empresa vencedora, deverá enviar (anexar) junto ao sistema - Plataforma BNC a Proposta de Preços escrita (modelo Anexo II), com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo máximo de até 2 (duas) horas, após encerramento do certame.

10.2 Na proposta escrita, deverá conter:

a) Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;

b) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

c) Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

10.3 Juntamente com a proposta realinhada, é obrigatório o envio do Catálogo do (s) produto (s) cotado (s) com especificações técnicas detalhadas para comprovação de compatibilidade às exigências técnicas do item, conforme o descritivo do Anexo I. A não apresentação implicará na desclassificação do licitante.

11. CONTROLE DE QUALIDADE

11.1 Para verificação da conformidade do veículo ofertado com as especificações deste Termo de Referência, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta ajustada e no prazo concedido pelo Pregoeiro, catálogo, prospecto, ficha técnica ou documentação equivalente do fabricante, em formato eletrônico e em língua portuguesa. Não será exigida a apresentação de amostra física do veículo.

11.2 A documentação deverá identificar a marca, o fabricante, o modelo e a versão exata do veículo ofertado, contendo imagens e informações suficientes para avaliação das características exigidas, especialmente quanto à motorização, combustível, potência, transmissão, tração, capacidade de ocupantes, dimensões, capacidade volumétrica da caçamba, carga útil, sistemas de segurança, equipamentos e acessórios.

11.3 Não será admitida, como única comprovação, a mera reprodução das especificações deste Termo de Referência. As informações apresentadas

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

deverão corresponder efetivamente ao modelo e à versão ofertados, permitindo sua conferência pela equipe técnica do Município.

11.4 Quando a documentação do fabricante não contemplar determinada informação, poderão ser apresentados manuais, fichas complementares ou outros documentos técnicos que permitam verificar o atendimento ao requisito. Para acessórios e componentes cuja instalação seja de responsabilidade da contratada, será aceita documentação específica, acompanhada de declaração que identifique suas características e assegure o fornecimento nas condições exigidas, sem prejuízo da segurança e da garantia do veículo.

11.5 A declaração da licitante não substituirá a comprovação técnica de características próprias do veículo, como potência, dimensões, capacidade de carga, volume da caçamba e sistemas de segurança. Havendo omissões, divergências ou dúvidas, a Administração poderá realizar diligências e solicitar esclarecimentos ou documentação complementar, observados os limites legais, sem permitir a substituição do objeto originalmente ofertado.

11.6 A documentação deverá ser encaminhada pela Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, identificada com o número do item, a marca, o modelo e a versão do veículo proposto.

11.7 A análise será realizada pela equipe técnica indicada pelo Município, mediante comparação com os requisitos deste Termo de Referência, sendo registrado o resultado em Laudo de Aceitabilidade ou manifestação técnica fundamentada, com indicação do atendimento ou das desconformidades identificadas.

11.8 A ausência de apresentação da documentação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita, ou a constatação de descumprimento das especificações técnicas acarretará a desclassificação da proposta, após as diligências cabíveis. Nessa hipótese, será examinada a proposta da licitante subsequente, observada a ordem de classificação e o mesmo procedimento de avaliação.

11.9 A aprovação da documentação técnica não dispensa a conferência do veículo efetivamente entregue, nem afasta a responsabilidade da contratada pelo atendimento integral das especificações, dos acessórios, da plotagem institucional e das demais condições contratuais.

12. JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1 Encerrada a etapa de negociação o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 7 deste edital.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Anexo I deste edital.

12.3 Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lace que atenda o Edital. Também nessa etapa o Agente de contratação poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

12.4.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.5 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de maior desconto e valor estimado para a contratação.

12.6 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de maior desconto, ficando o arrematante declarado vencedor.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio agente de contratação, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

13.2 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.

13.3 A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada no Departamento de Licitações e Contratos.

14. CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3 O contrato será assinado por meio de assinatura digital ou manuscrita e disponibilizada no sistema de gestão do Município.

14.4 Serão formalizados tantos contratos quanto forem necessários para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

14.5 O preço com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

14.6 Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.7 A duração do Contrato será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84º da Lei nº 14.133/2021.

15. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

15.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso o prazo da sessão marcada em edital não cumpra o prazo legal de publicidade.

15.4 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.5 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma de pregão eletrônico “Bolsa Nacional de Compras - BNC”.

15.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. RECURSOS

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.4 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.6 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.7 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.9 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.10 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.13 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, https://corbélia.atende.net/cidadao, www.bnc.org.br.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

licitação;

17.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

17.2.1.1 Advertência;

17.2.1.2 Multa;

17.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar;

17.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.2.1.5 Na aplicação das sanções serão considerados;

17.2.1.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.2.1.5.2 As peculiaridades do caso concreto;

17.2.1.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.2.1.5.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.2.1.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normal e orientações dos órgãos de controle.

17.2.2 A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3 A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

17.2.4 A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.2.5 A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

17.2.6 A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

17.2.7 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo. § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.2.8 A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.3 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.:

17.3.1 Na hipótese de deferimentos de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

17.3.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.4 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

17.4.1 Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

17.4.2 Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.4.3 Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

17.5 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.6 O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.7 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

17.7.1 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

17.7.2 Pagamento da multa;

17.7.3 Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

17.7.4 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

17.7.5 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18. PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado conforme ordem cronológica do Decreto Municipal nº 938/2024, após a entrega da totalidade solicitada e conclusão dos serviços, por meio de ordem bancária a ser depositada na conta da empresa fornecedora.

18.2 A nota fiscal eletrônica será emitida pela empresa fornecedora, após o recebimento definito dos itens, e deverá ser enviada para o e-mail:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

compras@corbelia.pr.gov.br, em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

18.2.1 Indicação do número do(a) contrato/ata;

18.2.2 Indicação do objeto contratado e marca dos produtos;

18.2.3 Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

18.2.4 Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme DECRETO MUNICIPAL Nº 879, de 21/08/2023e suas alterações posteriores.

18.3 A elaboração da nota fiscal por parte da empresa, deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 879/2023, que dispõe sobre a retenção do Imposto de Renda (IR) no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo do Município de Corbélia/PR. O pagamento será realizado em conformidade com o Decreto Federal nº. 7.507, de junho de 2011, Art. 2º, § 1º.

18.4 Cabe à empresa o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município.

18.5 Deverão ser apresentados pela empresa, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Corbélia/PR;

c) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. O Município fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que este se reserva o direito de efetuá-la ou não nos casos em que for facultativo.

18.6 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Corbélia/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

18.11 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19. PENALIDADES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 Não assinar o termo de contrata ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

19.1.3 Apresentar documentação falsa;

19.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.6 Não mantiver a proposta;

19.1.7 Cometer fraude fiscal;

19.1.8 Comportar-se de modo inidôneo.

19.2 A contratada, durante a execução da ata de registro de preços, poderá ser apenada com:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;

d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

19.3 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata registrada com esse fornecedor.

19.4 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município de Corbélia/PR reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.

19.5 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada.

19.6 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

19.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

19.9 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo- se o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

19.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da contratante, levando em consideração todos os atos celebrados com a CONTRATANTE, bem como os danos causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

20.2.1 "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

20.2.2 "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

20.2.3 "**prática conluiada**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

20.2.4 "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

20.2.5 "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.".

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

21. GESTÃO DO CONTRATO

21.1 Será nomeado (a) o (a) Gestor (a) dos Contratos/Atas de Registro de Preços advindos desta licitação, no próprio instrumento de contratação, para acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato, o que lhe possibilita corrigir, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo, eventuais irregularidades ou distorções existentes.

22. FISCALIZAÇÃO

22.1 Serão nomeados (as) os Fiscais dos Contratos/Atas de Registro de Preços advindos desta licitação, no próprio instrumento de contratação, para verificar se a execução do objeto do contrato está ocorrendo conforme as normas e procedimentos previstos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário para regular as faltas ou defeitos observados.

22.2 A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio do setor de compras, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

22.3 Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

a) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
b) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
c) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
d) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
e) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
g) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
k) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;
l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

23. PREPOSTO DA CONTRATADA

23.1 O Preposto designado na Declaração de Indicação do Preposto da Licitante deverá realizar, no âmbito da empresa, os encaminhamentos e resoluções de possíveis situações detectadas pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato, no caso de ausência do preposto, o suplente designado deverá cumprir com os encaminhamentos.

24. MEIOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAIS

24.1 Conforme disposto na alínea “a” do Parágrafo Primeiro do Artigo no 8 do Decreto Municipal no 1.914 de 06 de abril de 2021, a empresa licitante deverá indicar no Anexo IV, o telefone celular que opera o aplicativo WhatsApp, e o e-mail que serão utilizados como meios de comunicação oficial do contrato para fins de notificação e intimações oficiais decorrentes da contratação.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

25.2 Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(ns), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.

25.3 Facultado à AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

25.4 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

25.5 Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

25.6 Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

25.7 Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

25.8 A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

25.9 Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

25.10 A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o CONTRATANTE a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

25.11 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

25.12 A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

25.13 O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.14 É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

25.15 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO de forma exclusiva pela plataforma de pregão eletrônico.

25.16 Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico http://www.bnc.org.br, ou www.corbélia.pr.gov.br, em “Processos Licitatórios”.

25.17 **O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor**.

25.18 No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.19 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

25.20 Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

25.21 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

25.22 O CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.23 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.24 O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

25.25 Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00 ou pelo telefone (45) 3242-8800, Ramal 217 e/ou 219, e e-mail: licitacao@corbélia.pr.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico http://www.bnc.org.br.

26. ANEXOS

26.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência;
b) **APÊNDICE "A" DO ANEXO I** – Estudo Técnico Preliminar;
c) **APÊNDICE "B" DO ANEXO I** - Modelo de Proposta de Preços e Orientações;
d) **ANEXO II** – Modelo de Credenciamento/ Procuração;
e) **ANEXO III** – Declaração Unificada;
f) **ANEXO IV** – Declaração de Enquadramento como ME, EPP e MEI;
g) **ANEXO V** – Minuta do Contrato;
h) **ANEXO VI** – Modelo de Laudo de Aceitabilidade.

Corbélia/PR, 16 de novembro de 2026.

CASSIA DE SOUZA
092.807.229-05
16/11/2026 10:15:28
MUNICÍPIO DE CORBÉLIA
Cassia de Souza
Assinatura digital avançada.

Diretora do Departamento de Licitação e Contratos
Portaria nº 59/2025.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SESAU
Secretária: Zaira Denize Fortunato de Almeida.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente processo a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, com 04 (quatro) portas e capacidade para, no mínimo, 05 (cinco) ocupantes, incluindo equipamentos, acessórios e plotagem institucional conforme padrão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/ProVigiA-PR, destinado ao atendimento das atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR.

3. NATUREZA DO OBJETO

A natureza do objeto deste Termo de Referência é de compra, nos termos do artigo 6º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, para fornecimento em entrega única, incluindo os equipamentos, acessórios e a plotagem institucional exigidos.

O objeto caracteriza-se como bem comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital mediante especificações usuais de mercado.

O veículo constitui bem permanente destinado às atividades operacionais da Vigilância em Saúde, cujas características deverão atender às necessidades de transporte das equipes, equipamentos, materiais e insumos, observando critérios de funcionalidade, segurança, durabilidade e economicidade, sem exigências voltadas à ostentação ou ao requinte.

A adjudicação será realizada por item único, compreendendo o veículo e todos os componentes necessários à sua entrega completa e pronta para utilização. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, permanecendo as obrigações de garantia pelos respectivos prazos, ainda que superiores à vigência contratual.

4. QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

1	Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick up, cabine dupla, 04 portas, capacidade para no mínimo 05 ocupantes, destinado às atividades externas da Vigilância em Saúde, conforme especificações técnicas mínimas abaixo, incluindo os equipamentos, acessórios e a plotagem institucional	1	UN	R$ 159.100,60	R$ 159.100,60
VALOR TOTAL				**R$**	

4.1 Descrição Técnica do Objeto

O veículo deverá possuir, no mínimo:

- veículo novo, zero quilômetro, ano de fabricação/modelo vigente ou posterior ao da contratação;
- tipo pick-up, com cabine dupla;
- 04 portas;
- cor branca;
- capacidade para no mínimo 05 ocupantes;
- cintos de segurança de 03 pontos para todos os ocupantes;
- entre eixos mínimos de 2.800 mm;
- largura mínima de 1.740 mm, sem considerar os espelhos retrovisores;
- motor turboalimentado, bicombustível gasolina/etanol (FLEX);
- potência mínima de 130 cv;
- transmissão automática com no mínimo 06 velocidades, admitida tecnologia equivalente que permita gerenciamento eletrônico das relações de transmissão e, quando disponível no modelo ofertado, seleção manual/sequencial;
- tração 4x2 ou superior;
- direção elétrica ou equivalente;
- ar-condicionado;
- controle eletrônico de estabilidade e tração;
- sistema de freios ABS e distribuição eletrônica de frenagem ou tecnologia equivalente;
- mínimo de 06 airbags;
- câmera de ré;
- sensores de estacionamento traseiros;
- vidros elétricos;
- travas elétricas;
- retrovisores com acionamento elétrico;
- central multimídia com tela sensível ao toque e conectividade Android Auto e/ou Apple CarPlay;
- computador de bordo;
- piloto automático;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

- rodas e pneus compatíveis com as características e capacidade de carga do veículo;
- caçamba com capacidade mínima de 800 litros;
- capacidade de carga útil mínima de 600 kg;
- revestimento protetor da caçamba;
- iluminação interna da caçamba;
- pontos de amarração de carga;
- tampa traseira;
- capota marítima ou cobertura equivalente para proteção da carga contra chuva, poeira e demais condições climáticas;
- estepe, macaco e chave de roda;
- equipamentos e acessórios originais de fábrica ou homologados pelo fabricante;
- atendimento à legislação de trânsito e às normas de segurança veicular vigentes;
- garantia conforme especificação do fabricante e condições estabelecidas no instrumento convocatório;
- entrega em pleno funcionamento, devidamente regularizado e pronto para utilização.

4.2 Plotagem e Identificação Visual

O veículo deverá ser fornecido com plotagem e identificação visual institucional, conforme padrão visual e orientações estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA para os veículos adquiridos com recursos do ProVigiA-PR, observando o modelo de referência apresentado ao final deste item.

A plotagem deverá ser aplicada antes da entrega definitiva do veículo, observando integralmente o padrão estabelecido pela SESA e o modelo apresentado, incluindo a disposição dos elementos gráficos, cores, dimensões, proporções, inscrições, logotipos e demais elementos de identificação visual.

Os materiais utilizados deverão ser próprios para aplicação automotiva, resistentes à exposição ao sol, chuva, poeira e lavagens, adequados ao uso externo e compatíveis com a superfície do veículo, de modo a não comprometer a pintura original.

Todos os custos relativos aos materiais, impressão, aplicação e acabamento da plotagem deverão estar incluídos no preço ofertado para o objeto, não cabendo pagamento adicional ou contratação separada para essa finalidade.

O recebimento definitivo do veículo ficará condicionado, além do atendimento às demais especificações técnicas, à verificação da conformidade da plotagem com o padrão estabelecido pela SESA e com o modelo de referência apresentado neste documento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e



5. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

O prazo de vigência não se confunde com o prazo de entrega do veículo, que deverá observar as condições estabelecidas no modelo de execução do objeto deste Termo de Referência.

As obrigações relativas à garantia do veículo, dos equipamentos, acessórios e da plotagem institucional permanecerão válidas pelos respectivos prazos, ainda que ultrapassem o término da vigência contratual.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de renovação e fortalecimento da frota utilizada nas atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar que integra o processo.

O setor dispõe de veículo com vários anos de uso e problemas mecânicos recorrentes, que demandam manutenções frequentes e podem ocasionar períodos de indisponibilidade, prejudicando o deslocamento das equipes e a execução das atividades programadas, além de elevar os custos de manutenção da frota.

As atividades desenvolvidas exigem deslocamentos frequentes nas áreas urbana e rural do Município para inspeções sanitárias, fiscalizações, ações de Vigilância Ambiental, Saúde do Trabalhador e demais atividades de campo. Essas ações demandam o transporte de equipes compostas por até 05 (cinco) servidores, bem como de equipamentos, materiais, documentos, instrumentos de trabalho e insumos.

A aquisição de veículo tipo pick-up, cabine dupla, mostra-se adequada à necessidade identificada por permitir o transporte simultâneo dos servidores na cabine e dos equipamentos e materiais na caçamba, em compartimento separado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

dos passageiros, proporcionando maior organização e segurança durante os deslocamentos.

O veículo será destinado prioritariamente às atividades de fiscalização e inspeção sanitária, podendo atender às demais áreas da Vigilância em Saúde conforme as necessidades do serviço, inclusive prestar apoio eventual ao Controle de Endemias em situações de indisponibilidade do veículo utilizado pelo setor ou de demandas simultâneas.

A contratação encontra-se contemplada no Plano de Aplicação Financeira do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde no Paraná – ProVigiA-PR, elaborado com fundamento na Resolução SESA nº 739/2026, com utilização de recursos de capital vinculados às ações de Vigilância em Saúde, incluindo saldos remanescentes das Resoluções SESA nº 374/2024 e nº 726/2025.

Embora não estivesse inicialmente prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, a aquisição passou a integrar o planejamento específico da Secretaria Municipal de Saúde após a identificação da possibilidade de utilização dos recursos estaduais, devendo ser adotadas as providências necessárias à atualização do planejamento municipal, conforme as normas aplicáveis.

Dessa forma, a contratação busca ampliar a disponibilidade e a confiabilidade da frota, melhorar as condições de trabalho e de deslocamento das equipes e assegurar maior regularidade e continuidade às atividades externas da Vigilância em Saúde.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, com 04 (quatro) portas e capacidade para, no mínimo, 05 (cinco) ocupantes, incluindo os equipamentos, acessórios e a plotagem institucional exigidos neste Termo de Referência, destinado às atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR.

O veículo deverá possibilitar o transporte simultâneo das equipes na cabine e de equipamentos, materiais e insumos na caçamba, em compartimento separado dos passageiros, proporcionando segurança e organização nos deslocamentos urbanos e rurais. Sua utilização será prioritariamente direcionada às atividades de fiscalização e inspeção sanitária, podendo atender às demais áreas da Vigilância em Saúde, conforme as necessidades do serviço.

A solução compreende o fornecimento, o transporte e a entrega do veículo em pleno funcionamento, devidamente regularizado e pronto para utilização, acompanhado dos equipamentos obrigatórios, acessórios especificados, manuais de operação e manutenção e documentação relativa à garantia. A plotagem institucional deverá estar aplicada antes da entrega definitiva, conforme o padrão visual estabelecido pela SESA para os veículos adquiridos com recursos do ProVigiA-PR, com todos os custos incluídos no preço contratado.

O recebimento compreenderá a verificação das características técnicas, das condições de funcionamento e conservação, dos equipamentos e acessórios, da

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

documentação e da conformidade da identificação visual. Após o aceite e a conclusão dos procedimentos de regularização e registro patrimonial, o veículo será disponibilizado à unidade responsável por sua utilização.

Durante a vida útil, deverão ser observadas as orientações do fabricante quanto à operação, às revisões e à manutenção preventiva e corretiva, buscando preservar a segurança, o desempenho, a durabilidade e as condições de garantia. O abastecimento, o controle de utilização e as manutenções ordinárias serão realizados pelo Município por meio das rotinas e contratações destinadas à gestão da frota, cabendo à contratada o atendimento das obrigações de garantia previstas neste Termo de Referência e na proposta aceita.

Os impactos ambientais relacionados ao consumo de combustível, às emissões atmosféricas e à geração de resíduos de manutenção deverão ser reduzidos mediante utilização adequada, manutenção periódica e destinação ambientalmente correta de óleos lubrificantes, filtros, pneus, baterias e demais componentes substituídos, observando-se a logística reversa quando aplicável.

Ao final da vida útil, ou quando sua manutenção se tornar antieconômica, o veículo deverá ser submetido à avaliação pelo Município para definição de sua destinação, mediante os procedimentos patrimoniais cabíveis, incluindo eventual alienação ou desfazimento, com observância das exigências ambientais e administrativas aplicáveis.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, seguem os termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais deverão ser enviados por meio do sistema, onde se realiza o pregão eletrônico, em formato digital.

b) Alvará de funcionamento atualizado e válido.

c) A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre o fornecimento satisfatório de veículo automotor de natureza e complexidade compatíveis com o objeto da contratação. O documento deverá identificar o emitente, a empresa fornecedora e o objeto fornecido. A Administração poderá realizar diligências para verificar sua autenticidade e solicitar documentos complementares, como contratos e notas fiscais. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

d) A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta ajustada, catálogo, ficha técnica ou documentação equivalente do fabricante, identificando marca, modelo e versão do veículo ofertado e demonstrando o atendimento às especificações técnicas exigidas. Os acessórios e componentes não descritos no catálogo deverão ser identificados em documentação complementar. Eventuais omissões ou dúvidas serão objeto de diligência, observados os limites legais, sendo desclassificada a proposta quando não demonstrada a conformidade do objeto ofertado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

e) Para fins desta licitação, entende-se por veículo zero quilômetros os automóveis antes de seu registro e licenciamento (Deliberação CONTRAN nº 064/2008).

f) A contratada deverá assegurar o atendimento em garantia por rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante, com disponibilidade de atendimento no Estado do Paraná, preservando integralmente a cobertura do veículo e dos componentes fornecidos. A indicação dos estabelecimentos responsáveis, com endereço e canais de atendimento, deverá ser apresentada pela vencedora até a entrega do veículo, sem exigência de instalação prévia de estrutura própria pela licitante.

g) Em obediência aos princípios constitucionais da legalidade e moralidade expressamente acolhidos pela Lei nº 14.133/2021 que por sua vez é aplicada aos pregões, não serão aceitos veículos seminovos ou de segundo dono, apenas veículos que terão seu primeiro emplacamento em nome do Município de Corbélia/PR, podendo participar desta licitação apenas as empresas que possuam condições de cumprir com este requisito, conforme a Lei nº 6.729/79, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) O fornecimento será realizado em entrega única, mediante emissão de Ordem de Empenho pelo Município de Corbélia/PR, encaminhada à contratada por meio eletrônico. O veículo deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da referida ordem, incluindo a instalação dos equipamentos e acessórios, a aplicação da plotagem institucional e a disponibilização da documentação exigida.

b) A entrega deverá ocorrer no Município de Corbélia/PR, em local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias úteis, nos horários das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, mediante agendamento prévio com o fiscal do contrato. A entrega fora desses horários dependerá de autorização expressa da Administração.

c) O veículo deverá ser novo, zero quilômetro, sem utilização anterior e sem registro ou licenciamento em nome de terceiros, com ano de fabricação/modelo vigente ou posterior ao da contratação, observadas integralmente as especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta aceita. Não serão admitidos veículos seminovos, recondicionados, recuperados de sinistro ou utilizados para demonstração, testes por consumidores ou locação.

d) O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos e acessórios exigidos instalados, testados e em pleno funcionamento, acompanhado dos itens obrigatórios de segurança e sem avarias na carroceria, pintura, vidros, pneus, revestimentos ou componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos. Os acessórios deverão ser originais de fábrica ou homologados pelo fabricante, preservando as condições de segurança e garantia.

e) O primeiro registro, licenciamento e emplacamento serão realizados pelo Município de Corbélia/PR, diretamente em seu nome, na categoria oficial. A contratada deverá fornecer a documentação necessária à realização desses

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

procedimentos, inclusive a Nota Fiscal Eletrônica emitida diretamente pela agência ou concessionária em nome do Município, contendo a identificação do veículo, marca, modelo, versão, ano de fabricação/modelo e número do chassi.

f) Todas as despesas relacionadas ao fornecimento e à entrega, incluindo transporte, frete, seguro, carga, descarga, tributos, equipamentos, acessórios, preparação e plotagem institucional, deverão estar incluídas no preço contratado. As despesas de primeiro registro, licenciamento e emplacamento realizados pelo Município observarão as responsabilidades e eventuais isenções legalmente aplicáveis.

g) A contratada será responsável pela guarda, conservação e integridade do veículo durante o transporte e até sua efetiva entrega, devendo adotar os cuidados necessários para evitar avarias, danos, exposição inadequada e utilização indevida.

h) A plotagem institucional integra o objeto e deverá estar concluída antes da apresentação do veículo para recebimento definitivo, observando o padrão visual da SESA para os veículos adquiridos com recursos do ProVigiA-PR e o modelo integrante deste Termo de Referência.

i) Antes da aplicação da plotagem, a contratada deverá submeter a arte à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. A Administração disponibilizará os arquivos e as orientações sob sua responsabilidade em tempo compatível com a execução, cabendo à contratada solicitar esses elementos logo após o recebimento da Ordem de Empenho.

j) Os materiais utilizados na plotagem deverão ser próprios para aplicação automotiva, resistentes à exposição ao sol, chuva, poeira e lavagens, com acabamento uniforme, sem bolhas, rugas, descolamentos ou falhas de impressão, respeitando cores, dimensões, proporções, inscrições e logotipos aprovados. A aplicação não poderá comprometer a pintura original, a visibilidade, os dispositivos de segurança ou a garantia do veículo.

k) Na entrega, deverão ser apresentados os manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, o termo de garantia com suas condições e prazos, o plano de revisões, as chaves e respectivas reservas fornecidas pelo fabricante, a relação da rede de assistência técnica autorizada no Estado do Paraná e os demais documentos necessários à regularização e utilização do veículo.

l) A contratada deverá realizar a inspeção de pré-entrega e prestar aos servidores indicados pelo Município as orientações básicas sobre operação, dispositivos de segurança, equipamentos, acessórios e cuidados de manutenção, sem cobrança adicional.

m) A contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada durante todo o prazo de garantia, com disponibilidade de atendimento no Estado do Paraná, informando os estabelecimentos responsáveis, endereços e canais de contato. O veículo deverá ser entregue com a garantia integral ofertada, devidamente registrada em favor do Município, sem redução de cobertura em razão da forma de comercialização ou da instalação dos acessórios e da plotagem exigidos.

n) O recebimento provisório será realizado de forma sumária pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante registro da entrega,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

para posterior verificação da conformidade do veículo com as exigências contratuais. A assinatura de comprovante de entrega não representará aceite definitivo.

o) A fiscalização verificará marca, modelo, versão, ano de fabricação/modelo, chassi, quilometragem, condições de conservação e funcionamento, especificações técnicas, equipamentos, acessórios, documentação, garantia e plotagem institucional, podendo realizar testes e solicitar esclarecimentos ou documentos complementares.

p) O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, desde que comprovado o atendimento integral das exigências contratuais. Havendo pendências, o prazo ficará suspenso até sua regularização e comunicação pela contratada para nova conferência.

q) O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando apresentar defeitos, avarias, documentação incompleta ou desconformidade com as condições contratadas. As irregularidades serão registradas pela fiscalização e comunicadas formalmente à contratada, com indicação das providências necessárias.

r) A contratada deverá corrigir as irregularidades ou substituir o veículo, os equipamentos, acessórios ou materiais rejeitados, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem prejuízo das medidas contratuais cabíveis. Quando a desconformidade comprometer a condição de veículo novo, a segurança ou o atendimento às características essenciais exigidas, será necessária a substituição integral do veículo.

s) A retirada, o transporte e a reapresentação do objeto rejeitado serão de responsabilidade da contratada, sem custos para a Administração. O prazo concedido para regularização não afastará a apuração de eventual atraso ou inadimplemento.

t) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados, nem as obrigações de garantia, qualidade, segurança e cumprimento integral do contrato, inclusive após o encerramento da vigência contratual, pelos prazos aplicáveis.

u) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

v) Qualquer circunstância que possa comprometer a entrega deverá ser comunicada imediatamente e por escrito à fiscalização, com justificativa e documentos comprobatórios. Eventual prorrogação dependerá de solicitação fundamentada, apresentada antes do vencimento do prazo, e de autorização expressa da Administração, não sendo admitida alteração unilateral.

w) O preço contratado deverá compreender todos os tributos e encargos incidentes sobre o fornecimento, considerando eventuais benefícios fiscais somente quando efetivamente aplicáveis à operação, mediante indicação do fundamento legal e comprovação das respectivas condições.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

9.1 CONTROLE DE QUALIDADE

Para verificação da conformidade do veículo ofertado com as especificações deste Termo de Referência, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta ajustada e no prazo concedido pelo Pregoeiro, catálogo, prospecto, ficha técnica ou documentação equivalente do fabricante, em formato eletrônico e em língua portuguesa. Não será exigida a apresentação de amostra física do veículo.

A documentação deverá identificar a marca, o fabricante, o modelo e a versão exata do veículo ofertado, contendo imagens e informações suficientes para avaliação das características exigidas, especialmente quanto à motorização, combustível, potência, transmissão, tração, capacidade de ocupantes, dimensões, capacidade volumétrica da caçamba, carga útil, sistemas de segurança, equipamentos e acessórios.

Não será admitida, como única comprovação, a mera reprodução das especificações deste Termo de Referência. As informações apresentadas deverão corresponder efetivamente ao modelo e à versão ofertados, permitindo sua conferência pela equipe técnica do Município.

Quando a documentação do fabricante não contemplar determinada informação, poderão ser apresentados manuais, fichas complementares ou outros documentos técnicos que permitam verificar o atendimento ao requisito. Para acessórios e componentes cuja instalação seja de responsabilidade da contratada, será aceita documentação específica, acompanhada de declaração que identifique suas características e assegure o fornecimento nas condições exigidas, sem prejuízo da segurança e da garantia do veículo.

A declaração da licitante não substituirá a comprovação técnica de características próprias do veículo, como potência, dimensões, capacidade de carga, volume da caçamba e sistemas de segurança. Havendo omissões, divergências ou dúvidas, a Administração poderá realizar diligências e solicitar esclarecimentos ou documentação complementar, observados os limites legais, sem permitir a substituição do objeto originalmente ofertado.

A documentação deverá ser encaminhada pela Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC, identificada com o número do item, a marca, o modelo e a versão do veículo proposto.

A análise será realizada pela equipe técnica indicada pelo Município, mediante comparação com os requisitos deste Termo de Referência, sendo registrado o resultado em Laudo de Aceitabilidade ou manifestação técnica fundamentada, com indicação do atendimento ou das desconformidades identificadas.

A ausência de apresentação da documentação no prazo estabelecido, sem justificativa aceita, ou a constatação de descumprimento das especificações técnicas acarretará a desclassificação da proposta, após as diligências cabíveis. Nessa hipótese, será examinada a proposta da licitante subsequente, observada a ordem de classificação e o mesmo procedimento de avaliação.

A aprovação da documentação técnica não dispensa a conferência do veículo efetivamente entregue, nem afasta a responsabilidade da contratada pelo

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

atendimento integral das especificações, dos acessórios, da plotagem institucional e das demais condições contratuais.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do(a) **Contratante**:

I – Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, conforme este Termo de Referência, o contrato e a proposta aceita pela Administração.

II – Emitir e encaminhar a Ordem de Empenho, indicando o local de entrega e os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, observado o prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da ordem pela Contratada.

III – Disponibilizar os dados e documentos de sua responsabilidade necessários ao faturamento e à execução do objeto.

IV – Fornecer os arquivos e as orientações relativos à identificação visual institucional e analisar a arte apresentada pela Contratada em tempo compatível com o prazo de execução.

V – Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar o fornecimento, registrar ocorrências, solicitar esclarecimentos e exigir as providências necessárias à regular execução contratual.

VI – Receber provisória e definitivamente o objeto, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, verificando as características do veículo, os equipamentos, acessórios, documentação, garantia e plotagem institucional.

VII – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as condições contratadas, notificando a Contratada por escrito para corrigir as irregularidades ou realizar a substituição, às suas expensas, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

VIII – Providenciar o primeiro registro, licenciamento e emplacamento do veículo diretamente em nome do Município de Corbélia/PR, na categoria oficial, após o recebimento da documentação necessária, bem como realizar o registro patrimonial.

IX – Efetuar o pagamento correspondente ao objeto efetivamente fornecido e aceito, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência.

X – Aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual, mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

XI – Comunicar ao órgão de representação judicial os casos que demandem providências de sua competência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

XII – Emitir decisão expressa sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a execução do ajuste, no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão da instrução, admitida prorrogação motivada por igual período.

XIII – Analisar e decidir os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da apresentação da documentação necessária à análise.

XIV – Notificar os emitentes de garantia de execução contratual, caso exigida, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XV – Utilizar o veículo conforme as orientações do fabricante, providenciando as revisões e manutenções sob sua responsabilidade e comunicando à Contratada os defeitos identificados durante a garantia.

XVI – Não assumir compromissos firmados pela Contratada com terceiros, nem responder por danos decorrentes de atos da Contratada, de seus empregados ou prepostos, observadas as responsabilidades legalmente atribuídas à Administração.

São obrigações do **Contratado(a)**:

I – Fornecer e entregar o veículo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Empenho, conforme as especificações deste Termo de Referência e da proposta aceita, incluindo todos os equipamentos, acessórios e a plotagem institucional.

II – Entregar veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior e sem registro ou licenciamento em nome de terceiros, com ano de fabricação/modelo vigente ou posterior ao da contratação, em perfeitas condições de conservação, segurança e funcionamento.

III – Fornecer a documentação necessária ao primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município de Corbélia/PR, na categoria oficial, inclusive a Nota Fiscal Eletrônica emitida diretamente pela agência ou concessionária em nome do Município, contendo a identificação completa do veículo.

IV – Entregar todos os equipamentos e acessórios exigidos instalados e testados, utilizando componentes originais de fábrica ou homologados pelo fabricante, sem comprometer a segurança e a garantia do veículo.

V – Realizar a inspeção de pré-entrega e disponibilizar os manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, o termo de garantia, o plano de revisões, as chaves e respectivas reservas e a relação da rede de assistência técnica autorizada no Estado do Paraná.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

VI – Submeter previamente a arte da plotagem à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde e executar a aplicação conforme o padrão da SESA/ProVigiA-PR e o modelo integrante deste Termo de Referência, utilizando materiais automotivos adequados, resistentes e compatíveis com a pintura original.

VII – Corrigir, às suas expensas, falhas de impressão, aplicação, acabamento, descolamento ou outras desconformidades da plotagem, inclusive reparar eventuais danos causados à pintura durante sua execução.

VIII – Arcar com os custos de transporte, frete, seguro, carga, descarga, preparação, equipamentos, acessórios, plotagem, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento das obrigações sob sua responsabilidade, mantendo a integridade e conservação do veículo até sua efetiva entrega.

IX – Agendar previamente a entrega com a fiscalização e prestar aos servidores indicados pelo Município as orientações básicas de operação, segurança, utilização dos equipamentos e cuidados de manutenção, sem cobrança adicional.

X – Assegurar a garantia integral ofertada, registrada em favor do Município, bem como o atendimento por assistência técnica autorizada no Estado do Paraná, informando os estabelecimentos responsáveis, endereços e canais de contato até a entrega do veículo.

XI – Responsabilizar-se pelo atendimento das ocorrências cobertas pela garantia, incluindo peças, materiais e mão de obra, acompanhando sua solução junto à rede autorizada. Quando necessária a remoção do veículo em razão de defeito coberto pela garantia, arcar com os custos de transporte ou guincho.

XII – Corrigir as irregularidades ou substituir o veículo, os equipamentos, acessórios ou materiais rejeitados no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da notificação, incluindo os custos de retirada, transporte e reapresentação. Será exigida a substituição integral do veículo quando a desconformidade comprometer sua condição de novo, sua segurança ou suas características essenciais.

XIII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e de sua execução, inclusive aqueles causados à Administração ou a terceiros por atos de seus empregados ou prepostos, não sendo essa responsabilidade afastada pela fiscalização ou pelo recebimento provisório ou definitivo.

XIV – Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer circunstância que possa comprometer a entrega, apresentando justificativa e comprovação. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formulado antes do vencimento do prazo e dependerá de autorização expressa da Administração.

XV – Atender às determinações regulares do gestor, do fiscal do contrato e da autoridade competente, prestando os esclarecimentos solicitados e permitindo a realização das verificações necessárias à avaliação do objeto.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

XVI – Não alterar marca, modelo, versão, características, equipamentos, acessórios ou condições de fornecimento sem prévia análise e autorização formal da Administração, observados os limites legais e as exigências do edital.

XVII – Não subcontratar, total ou parcialmente, a execução do objeto, inclusive a instalação dos acessórios e a aplicação da plotagem institucional. A aquisição de bens na cadeia regular de comercialização e o atendimento da garantia pela rede autorizada do fabricante não caracterizam subcontratação, permanecendo integral a responsabilidade da Contratada.

XVIII – Manter, durante toda a vigência contratual, as condições exigidas para habilitação e apresentar, quando solicitados ou quando não for possível a consulta eletrônica, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, social e trabalhista, inclusive perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, o FGTS e a Justiça do Trabalho.

XIX – Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução contratual, cuja inadimplência não poderá onerar o objeto nem transferir à Administração obrigações de responsabilidade da Contratada.

XX – Cumprir as reservas de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicáveis, apresentando comprovação quando solicitada pela Administração.

XXI – Não empregar menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXII – Disponibilizar pessoal capacitado, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução das obrigações assumidas, observando as normas de segurança e as recomendações técnicas do fabricante.

XXIII – Comunicar à fiscalização, imediatamente e formalizar em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer acidente, dano ou ocorrência anormal relacionada à execução, adotando as providências necessárias para evitar seu agravamento.

XXIV – Suspender, por determinação da Administração, atividades executadas em desacordo com as condições contratadas ou que coloquem em risco pessoas ou bens, promovendo sua adequação.

XXV – Arcar com os custos decorrentes de equívocos na elaboração da proposta, sem prejuízo das hipóteses legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

XXVI – Observar as normas ambientais aplicáveis às atividades sob sua responsabilidade e assegurar a destinação adequada dos resíduos gerados na instalação dos acessórios, na plotagem e nos atendimentos em garantia.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

XXVII – Manter atualizados os dados de contato e indicar representante responsável pelas comunicações com o Município, inclusive para atendimento das obrigações de garantia que ultrapassem a vigência contratual.

11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Constituem atribuições e responsabilidades do **Gestor de Contrato**:

I – Conhecer o inteiro teor do Edital, do Termo de Referência, do contrato, da proposta aceita e dos eventuais aditivos, solicitando esclarecimentos ou suporte técnico sempre que necessário ao exercício de suas atribuições.

II – Coordenar as atividades de fiscalização técnica e administrativa e os atos preparatórios necessários à instrução dos procedimentos de alteração contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, pagamento, aplicação de sanções e extinção contratual, submetendo as decisões à autoridade competente quando necessário.

III – Acompanhar, com apoio dos fiscais, o cumprimento do prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Empenho, e das demais obrigações relativas ao veículo, aos equipamentos, acessórios, à documentação, à plotagem institucional e à garantia.

IV – Providenciar a emissão e o encaminhamento da Ordem de Empenho, mantendo registro de seu recebimento pela Contratada e informando o local e os responsáveis pelo acompanhamento da entrega.

V – Articular com a Secretaria Municipal de Saúde o fornecimento dos arquivos e das orientações da plotagem institucional e a aprovação da arte, em tempo compatível com o prazo de execução.

VI – Manter atualizado o histórico de gestão do contrato, reunindo ordens, comunicações, notificações, relatórios de fiscalização, termos de recebimento e demais documentos relacionados à execução.

VII – Notificar formalmente a Contratada sobre descumprimentos identificados, exigindo as providências necessárias nos prazos contratuais, sem prejuízo do encaminhamento para apuração de responsabilidade.

VIII – Analisar, com apoio dos fiscais e dos setores competentes, as justificativas e solicitações da Contratada, inclusive pedidos de prorrogação do prazo de entrega, submetendo-os à autoridade competente quando ultrapassarem suas atribuições.

IX – Coordenar as providências para o recebimento definitivo, verificando a existência dos relatórios e documentos necessários, e realizá-lo quando expressamente designado e observadas as competências estabelecidas nas normas municipais.

X – Acompanhar o encaminhamento da documentação aos setores responsáveis pelo primeiro registro, licenciamento e emplacamento em nome do

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

Município de Corbélia/PR, na categoria oficial, e pelo registro patrimonial do veículo.

XI – Encaminhar a documentação para pagamento após a comprovação do recebimento definitivo e o cumprimento das demais condições contratuais, observadas as manifestações dos fiscais.

XII – Encaminhar à autoridade ou ao setor competente os registros de atrasos, irregularidades, danos e demais ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções ou outras medidas administrativas, acompanhados dos documentos comprobatórios.

XIII – Acompanhar o cumprimento da vedação à subcontratação, observadas as disposições deste Termo de Referência sobre a cadeia regular de comercialização e o atendimento pela rede autorizada do fabricante.

XIV – Assegurar que os documentos e canais de atendimento da garantia sejam disponibilizados à unidade responsável pelo veículo, inclusive para acompanhamento das obrigações que ultrapassem a vigência contratual.

XV – Solicitar a substituição ou designação de fiscais e respectivos substitutos quando necessário, de modo a preservar a continuidade do acompanhamento contratual.

XVI – Comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassem suas atribuições ou demandem providências capazes de comprometer o prazo, a qualidade ou a conclusão do fornecimento.

Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal Administrativo de Contrato**:

I – Conhecer o inteiro teor do Edital, do Termo de Referência, do contrato, da proposta aceita e dos eventuais aditivos, solicitando esclarecimentos ou suporte sempre que necessário ao exercício de suas atribuições.

II – Acompanhar os aspectos administrativos da execução, especialmente a manutenção das condições de habilitação, a regularidade documental, os prazos e o cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas pertinentes à natureza do fornecimento.

III – Manter registro das ocorrências administrativas, das comunicações com a Contratada e das providências adotadas, encaminhando ao Gestor as informações necessárias ao acompanhamento contratual.

IV – Conferir a Nota Fiscal Eletrônica quanto à identificação do Município, da empresa emitente e do veículo, aos valores contratados e aos demais dados exigidos, comunicando inconsistências para correção.

V – Verificar a apresentação dos documentos necessários ao primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município de Corbélia/PR, na categoria oficial, encaminhando-os ao setor responsável e comunicando eventuais pendências ao Gestor.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

VI – Conferir a disponibilização dos manuais, do termo de garantia, do plano de revisões e da relação da rede de assistência técnica autorizada no Estado do Paraná, com apoio da fiscalização técnica quanto ao conteúdo e à adequação desses documentos.

VII – Verificar a regularidade fiscal, social e trabalhista por consulta aos sistemas oficiais ou pela apresentação dos documentos pertinentes, observando sua validade e autenticidade.

VIII – Solicitar à Contratada os documentos e esclarecimentos necessários à fiscalização administrativa e comunicar as pendências identificadas, indicando o prazo aplicável para regularização e informando o Gestor.

IX – Conferir a documentação que antecede o pagamento, inclusive a Nota Fiscal, o relatório de fiscalização técnica e o termo de recebimento definitivo, verificando sua correspondência com as condições contratadas.

X – Elaborar relatório de análise administrativa com o registro das verificações realizadas, das pendências e das providências adotadas, encaminhando-o ao Gestor para instrução do pagamento e das demais medidas cabíveis.

XI – Comunicar tempestivamente ao Gestor as irregularidades que possam comprometer a execução, a regularização documental do veículo ou o cumprimento das obrigações contratuais, apresentando os respectivos registros e documentos.

XII – Apoiar o encaminhamento da documentação para registro patrimonial e controle da frota, preservadas as competências dos setores responsáveis.

XIII – Encaminhar ao Gestor as questões que ultrapassem suas atribuições e exercer outras atividades compatíveis com a função, conforme as normas municipais e o ato de designação.

12. INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

Função	Nome	Cargo	Matrícula
Gestor do Contrato	Viviane Algayer Gomes	Nutricionista	21130
Fiscal do Contrato	Maria Leodir Padilha dos Santos	Agente de Serviços	17922

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 dias após o aceite do equipamento por parte do fiscal do contrato, após a entrega da totalidade solicitada e conclusão dos serviços, por meio de ordem bancária a ser depositada na conta da empresa fornecedora.

A nota fiscal eletrônica será emitida pela empresa fornecedora, após o recebimento definito dos itens, e deverá ser enviada para o e-mail: compras@corbelia.pr.gov.br, em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

a) Indicação do número do(a) contrato/ata;

b) Indicação do objeto contratado e marca dos produtos;

c) Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

d) Conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal. A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme Decreto Municipal nº 879, de 21/08/2023 e suas alterações posteriores. Cabe à empresa o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

e) Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município.

Deverão ser apresentados pela empresa, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Corbélia/PR;

c) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. O Município fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que este se reserva o direito de efetuá-la ou não nos casos em que for facultativo.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada mediante licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, considerando que o objeto se caracteriza como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

definidos por especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O critério de julgamento será o de menor preço por item, observando-se o atendimento integral às especificações técnicas, às condições de fornecimento, aos prazos e às demais exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

A adjudicação será realizada por item único, compreendendo o fornecimento de 01 (um) veículo tipo pick-up, cabine dupla, novo, zero quilômetro, incluindo os equipamentos, acessórios, a plotagem institucional e todas as demais obrigações necessárias à entrega completa do objeto.

A proposta deverá identificar a marca, o fabricante, o modelo e a versão exata do veículo ofertado, com indicação das características técnicas e das condições de garantia. O preço deverá compreender todos os custos necessários ao cumprimento das obrigações atribuídas à Contratada, inclusive transporte, equipamentos, acessórios, plotagem, tributos e demais encargos incidentes.

A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta ajustada ao último lance e a documentação técnica exigida no item de Controle de Qualidade, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para avaliação da conformidade do veículo ofertado.

A aceitação da proposta dependerá da compatibilidade do preço com o valor máximo admitido pela Administração e da comprovação do atendimento às especificações exigidas, mediante análise técnica fundamentada. Poderão ser realizadas diligências para esclarecimento das informações apresentadas, observados os limites legais e sem permitir a substituição do objeto originalmente ofertado.

Após a aceitação da proposta, será verificado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no Edital. Caso a proposta seja desclassificada ou a licitante seja inabilitada, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta aceitável e de licitante habilitada.

A licitação será realizada com ampla participação, assegurados os benefícios legalmente aplicáveis às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Não haverá reserva de cota, considerando que o objeto corresponde à aquisição de uma única unidade de veículo, inviável de divisão quantitativa.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para definição do valor estimado da contratação, foram considerados os orçamentos apresentados pelas empresas Fipal Distribuidora de Veículos Ltda. e Zacarias Veículos Ltda., ambos datados de 22 de setembro de 2026, e a pesquisa realizada no Banco de Preços, conforme Relatório Resumido de Cotação gerado em 20 de outubro de 2026, documentos integrantes do processo.

O orçamento da Fipal Distribuidora de Veículos Ltda., referente ao veículo Fiat Toro Endurance Turbo 270 Flex AT6, ano 2026/2027, apresenta o valor de R$ 168.990,00. O orçamento da Zacarias Veículos Ltda., referente ao veículo Chevrolet Montana LTZ 1.2 Turbo Flex Automático, modelo 2027, apresenta o valor de R$ 157.090,00, incluindo a cor branca. A pesquisa no Banco de Preços

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

apresenta o valor de referência de R$ 151.221,79, correspondente à média aritmética dos seis preços selecionados no respectivo relatório.

Para composição da estimativa, adotou-se a média aritmética simples entre os dois orçamentos e o valor consolidado da pesquisa no Banco de Preços, considerando este último como um único parâmetro de referência. Dessa forma, o valor unitário e total estimado para aquisição de 01 (um) veículo corresponde a R$ 159.100,60 (cento e cinquenta e nove mil, cem reais e sessenta centavos).

O preço ofertado pela licitante deverá compreender o fornecimento completo do veículo, incluindo os equipamentos, acessórios, a plotagem institucional, o transporte, os tributos e todos os demais custos relativos às obrigações atribuídas à Contratada neste Termo de Referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A adequação orçamentária será disponibilizada pelo Departamento de Contabilidade, com o exercício do ano de 2026, preenchendo os requisitos abaixo elencados:

Órgão: 7 – SECRETARIA MUN. DE SAÚDE – SESAU		
Unidade: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ação: 2520 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Funcional: 0010.0304.0360		
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**
506	34490520000000000 – Equipamentos e material permanente	21518
Ação: 2521 – PROVIGIA Custeio/Capital		
Funcional: 0010.0304.0360		
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**
509	34490520000000000 – Equipamentos e material permanente	21518

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

APÊNDICE “A” DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme arquivo anexo no formato PDF a este processo, denominado “Estudo Técnico Preliminar – Pick-Up 0 KM”

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

APÊNDICE “B” DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ……/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº ……/2026

IDENTIFICAÇÃO						
Razão Social:				CNPJ:		
Endereço:			UF:		CEP:	
Bairro:		Telefone:			Fax:	
E-mail:						
Pela presente, propõe a execução do objeto do certame nas seguintes condições:						

Item	Fornecedor **(razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante)**					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Declaramos, para os devidos fins, que temos pleno conhecimento de todas as condições, cláusulas e exigências constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026, comprometendo-nos ao seu fiel cumprimento.

Declaro ainda que os preços propostos incluem todos os tributos, encargos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto, sendo firmados sob as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Local e data.

_____

Assinatura:…
Licitante:…
Responsável legal:…
CPF: …

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../2026

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO/ PROCURAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ...../2026

Por este instrumento, a empresa....., sediada em ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., outorga poderes ao Sr.(a)....., portador(a) do documento de identidade nº....., e inscrito(a) no CPF nº....., para representa-la no Pregão Eletrônico acima mencionado, do Município de Corbélia/PR, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente, como formulação de ofertas, assinar os documentos da licitação, negociar preços, interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

Local e data.

_____

Assinatura:...
Licitante:...
Responsável legal:...
CPF: ...

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Município de Corbélia/PR

Senhor(a) Agente de contratação(a),

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada na ..... (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, o Sr. (a) ....., portador da Carteira de Identidade nº xxx e do CPF nº ... DECLARA:

1) REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: DECLARO, sob as penas da Lei, que, cumpro plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório**.**
2) FATO IMPEDITIVOS: DECLARO, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) IDONEIDADE: DECLARO, sob as penas da Lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
4) RESERVA DE CARGOS: DECLARO, sob as penas da Lei, cumpro plenamente as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
5) MENOR DE IDADE: DECLARO que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99.
6) RESPONSABILIDADE: DECLARO para fins de atendimento ao que consta do edital, que temos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer produto/material e serviço de qualidade, sob as penas da Lei.
7) VÍNCULO: DECLARO, sob as penas da Lei, que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com os servidores do Município de Corbélia, Estado do Paraná, que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
8) EMPREGADO PÚBLICO NO QUADRO: DECLARO sob as penas da lei, que não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

9) PROTEÇÃO DE DADOS: DECLARO ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

10) TRABALHO DEGRADANTE/ FORÇADO: DECLARO que não possui, em nossa cadeia, produtiva, empregados, executando trabalhos degradantes ou forçados, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

11) PROPOSTA: DECLARO que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente e, em cumprimento ao art. 63, § 1° da Lei 14.133/2021, declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12) ANTICORRUPÇÃO: DECLARO atuar de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, em atendimento à Lei Federal 12.846/2013, DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022, Lei Municipal 1.200/2021 e Decreto Municipal 070/2020, que tratam sobre as cláusulas e condições anticorrupção.

13) PREPOSTO: Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) preposto legal da empresa é o(a) Sr.(a) ....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc.).

14) CONTATO OFICIAL: Indicamos e constituímos o seguinte número de telefone celular que opera o aplicativo Whatsapp, e o seguinte e-mail que serão utilizados para fins de notificação e intimações oficiais decorrentes do contrato:

Número de celular com Whatsapp (___)_____-_____;

E-mail: _____.

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Local, data.

_____

Licitante:

Representante Legal:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

RG:
CPF:
Cargo:

Obs.: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa....., sediada em ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a)....., portador(a) do documento de identidade nº....., e inscrito(a) no CPF nº....., **DECLARA**, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico nº ...../2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA – ME**, conforme art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, conforme art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

( ) **COOPERATIVA**, conforme disposto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

Declara, ainda:

1) Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2) Que a empresa não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.
3) Estar ciente que o limite de utilização dos benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Lei Complementar 123/2006 é de até **R$ 4.800.000**, e que esse limite vale por item ou total do certame e também para o acumulado de contratos firmados num mesmo exercício/ano. Ou seja, se no mesmo ano a empresa já firmou compromissos contratuais com montante igual a R$ 4.800.000, mesmo não tendo até a data da licitação faturado (emitido a devida nota fiscal), não pode mais usufruir dos benefícios da LC 123, visto que seu comprometimento ultrapassaria esse valor. Logo, a ME ou EPP poderá participar da licitação, porém, sem direito a qualquer benefício.
4) Estar ciente que as ME e EPP deixam de ter o direito de regularizar sua documentação fiscal e o direito ao empate ficto em licitações em que o item seja superior a R$ 4.800.000.
5) Estar ciente que as ME e EPP deixam de ter o direito de regularizar sua documentação fiscal e o direito ao empate ficto em licitações de obra se serviços de engenharia cujo valor estimado seja superior a R$4.800.000.
6) Estar ciente que nos contratos com entrega estimada mensal ou com vigência de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

12 meses, o valor de referência para fins de compromisso firmado com a Administração Pública deverá ser o VALOR ANUAL do contrato.

Local e data.

_____

Assinatura:…
Licitante:…
Responsável legal:…
CPF: …

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº .../2026

ANEXO V

MINUTA PADRÃO – CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: Município de Corbélia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.826/0001-02, com sede na cidade de Corbélia, Estado do Paraná, na Rua Amor Perfeito nº 1616 - centro, doravante denominado Prefeitura, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Thiago Daross Stefanello, inscrito no CPF/MF 031.752.109-88.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 897 de 02 de outubro de 2023; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 00/2026, do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA/ MODELO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2. FUNDAMENTO:

2.1. Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXX/2026, objeto do processo administrativo n.º XXX/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial.

3. FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1. Os bens deverão ser fornecidos entrega única, conforme demanda, conforme descrito no Termo de Referência.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:
4.2. O valor total do contrato é de R$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3. No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

5. DO REAJUSTE.

5.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice INPC.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data da proposta.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. Fica designado como gestor deste contrato o (a) senhor (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cargo de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** o qual desempenhará as atribuições atinentes ao controle orçamentário e financeiro e a ordenação de despesa, bem como as alterações contratuais que se fizerem necessárias.

6.2. A fiscalização do contrato, por sua vez, será exercida pelo (a) servidor (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cargo de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,** designado conforme previsto na Portaria XXX/202X, a quem caberá, entre outras obrigações pertinentes, o acompanhamento da execução do contrato e o aviso ao gestor quando da ocorrência de qualquer fato adverso ou ainda da necessidade de alterações contratuais de prazo e/ou de valor para que o gestor tome as providências necessárias. O recebimento das mercadorias/bens deverá ser efetuado pela comissão devidamente instituída mediante atestado de recebimento na respectiva nota fiscal.

6.3. A execução do objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada pelos servidores acima designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

6.4. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

6.4.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

6.4.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.4.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Secretaria Municipal de Administração os documentos necessários à instrução de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

6.6. Caso a Contratada se torne inadimplente pela falta de execução total ou parcial do presente Contrato, serão aplicadas isoladas ou cumulativamente as sanções constantes no **Decreto Municipal nº XXXXXXXXXXXX**

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO:

7.1. A entrega deverá ser executada no local indicado na ordem de compra, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

8. FONTE DE RECURSOS:

8.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

9. VIGÊNCIA:

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.2. **São obrigações do Contratante:**

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, sob pena das sanções cabíveis, nos termos do item 12.

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, contendo (Modalidade e o Número deste edital, Número da Nota de Empenho e Dados Bancários) ao fiscal do contrato.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

A Nota Fiscal deverá ser assinada pelo gestor do Contrato.

11.1.1. Em caso de atraso de pagamento pelos serviços efetivamente prestados, a administração deve realizar a correção monetária (INPC) destes valores com a incidência, inclusive, de juros moratórios, nos termos do artigo 92, V, da Lei 14.133/2021.

11.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

11.3. O pagamento será feito via depósito em conta corrente (indicada na proposta) em nome da CONTRATADA.

11.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de aquisição de produtos e que há previsão de sanções administrativas no contrato

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1. Sem prejuízo do disposto no art. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - CDC, o prazo de garantia contratual será de no mínimo **12 (doze) meses, salvo prazo maior de garantia ofertada pelo fabricante do bem**, a contar da data de início de operação.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal**.**

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos seguintes casos:

I - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) multa de 5% a 30%, nos seguintes casos:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

II - Dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) multa de 15% a 30%, nos seguintes casos:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.1. Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

14.3.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.4. Multa de mora diária de até 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.5. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei n.º 14.133 de2021.

14.6. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.7. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

14.8. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no cadastro de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto nas hipóteses e condições estabelecidas nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.6. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.7. Nos termos do art. 131 da Lei 14.133/2021, os pedidos de alterações contratuais para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato deverão ser formalizados na vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

16.8. O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período sob justa motivação, para decidir os pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, após concluída a instrução dos referidos pedidos em processo administrativo próprio.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.13. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.14. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. Pelo presente instrumento contratual, a CONTRATADA se compromete a observar as normais legais vigentes no país, incluindo, mas não se limitando, à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e à Lei contra a Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.846/2013), bem como se obriga a agir em consonância às políticas internas da CONTRATANTE.

18.2. A CONTRATADA declara, por livre manifestação, não estar envolvida, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, sócios, consultores ou partes relacionadas, em qualquer atividade ou prática que caracterize infração administrativa nos termos da Lei Anticorrupção.

18.3. A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não forneceu, pagou ou autorizou o pagamento, nem concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar-se ou beneficiar a CONTRATANTE ilicitamente e se compromete a não fazê-lo durante toda a vigência do presente contrato.

18.4. As partes se comprometem a não contratarem como empregados ou firmarem qualquer forma de relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

18.5. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos em que obtiver ciência acerca de qualquer prática de suborno ou corrupção.

18.6. O descumprimento pela CONTRATADA das normas legais anticorrupção e do disposto neste Contrato será considerado uma infração grave e implicará na possibilidade de rescisão do instrumento contratual pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus ou penalidade, respondendo a CONTRATADA, ainda, sobre eventuais perdas e danos.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

19.2. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município de Corbelia e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
19.3. Fica eleito o foro de Corbélia, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

19.4. Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº …/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº …/2026

ANEXO VI

LAUDO DE ACEITABILIDADE

Objeto: Constitui objeto do presente processo a aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, com 04 (quatro) portas e capacidade para, no mínimo, 05 (cinco) ocupantes, incluindo equipamentos, acessórios e plotagem institucional conforme padrão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/ProVigiA-PR, destinado ao atendimento das atividades externas da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corbélia/PR.

Pregão Eletrônico nº: [número/ano]

Processo Administrativo nº: [número/ano]

Licitante: [razão social]

CNPJ: [número]

Data da análise: [dd/mm/aaaa]

A equipe técnica designada pelo Município de Corbélia/PR, após análise da proposta ajustada e dos catálogos, fichas técnicas e documentos complementares apresentados pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, emite o presente Laudo de Aceitabilidade.

1. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO OFERTADO

Equipamento	Marca / Modelo	Ano / Modelo	Nº de Série / Chassi	Situação
XXXXX	[Marca/Modelo]	[XXX]	[Número]	XXXXXX

Documentos analisados: [identificar os documentos, suas versões e as páginas utilizadas na avaliação].

2. CRITÉRIOS TÉCNICOS AVALIADOS

a) Características gerais: veículo novo, zero quilômetro, tipo pick-up, cabine dupla, 04 portas, cor branca, capacidade para, no mínimo, 05 ocupantes e ano de fabricação/modelo vigente ou posterior ao da contratação.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

b) Dimensões: entre eixos mínimo de 2.800 mm e largura mínima de 1.740 mm, desconsiderados os espelhos retrovisores.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

c) Motorização e transmissão: motor turboalimentado, bicombustível gasolina/etanol (flex), potência mínima de 130 cv, transmissão automática com, no mínimo, 06 velocidades, admitida tecnologia equivalente nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e tração 4x2 ou superior.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

d) Segurança: cintos de segurança de 03 pontos para todos os ocupantes, controle eletrônico de estabilidade e tração, freios ABS com distribuição eletrônica de frenagem ou tecnologia equivalente, mínimo de 06 airbags, câmera de ré e sensores de estacionamento traseiros.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

e) Conforto e funcionalidades: direção elétrica ou equivalente, ar-condicionado, vidros e travas elétricas, retrovisores com acionamento elétrico, central multimídia com tela sensível ao toque e conectividade Android Auto e/ou Apple CarPlay, computador de bordo e piloto automático.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

f) Capacidade de transporte: caçamba com capacidade mínima de 800 litros, carga útil mínima de 600 kg e rodas e pneus compatíveis com as características e a capacidade de carga do veículo.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

g) Equipamentos da caçamba: revestimento protetor, iluminação interna, pontos de amarração de carga, tampa traseira e capota marítima ou cobertura equivalente para proteção da carga contra chuva, poeira e demais condições climáticas.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

h) Equipamentos e acessórios: estepe, macaco, chave de roda e demais equipamentos obrigatórios, com componentes originais de fábrica ou homologados pelo fabricante, conforme exigido no Termo de Referência.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

i) Plotagem institucional: previsão de fornecimento do veículo com plotagem conforme padrão da SESA/ProVigiA-PR, incluindo materiais e aplicação no preço ofertado, sujeita à aprovação prévia da arte e à conferência na entrega.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

j) Garantia e assistência técnica: condições de garantia compatíveis com o Termo de Referência e a proposta apresentada, incluindo a previsão de atendimento pela rede autorizada do fabricante no Estado do Paraná.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e

k) Documentação técnica: identificação inequívoca da marca, do modelo e da versão ofertados, correspondência entre os documentos apresentados e comprovação das características exigidas, observadas as condições previstas no item de Controle de Qualidade do Termo de Referência.

Resultado: [Atende / Não atende / Necessita esclarecimento].

3. DILIGÊNCIAS E OBSERVAÇÕES

[Registrar eventuais omissões, divergências ou desconformidades, identificando o requisito correspondente e o documento analisado. Havendo diligência, informar os esclarecimentos solicitados, a resposta recebida e o resultado da avaliação.]

4. CONCLUSÃO

Após análise da documentação apresentada, a equipe técnica conclui que o veículo ofertado pela licitante [razão social], marca [informar], modelo/versão [informar], encontra-se:

[ ] APROVADO, por demonstrar atendimento integral às especificações técnicas exigidas.

[ ] NÃO APROVADO, pelas seguintes desconformidades: [descrever objetivamente os requisitos não atendidos e os documentos que fundamentam a conclusão].

[ ] COM ANÁLISE PENDENTE, dependendo dos seguintes esclarecimentos ou documentos complementares: [especificar].

A aprovação documental não substitui o recebimento provisório ou definitivo, nem dispensa a conferência do veículo efetivamente entregue, incluindo equipamentos, acessórios, documentação, garantia e plotagem institucional.

Corbélia/PR, data da emissão do laudo.

_____

Nome:
Cargo:
Matrícula:
Assinatura do responsável pela análise técnica

_____

Nome:
Cargo:
Matrícula:
Assinatura do responsável pela análise técnica

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/11/2026 10:15 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/p43fb1a10f746e